



**FAPAC – FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS
INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS PORTO LTDA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE MEDICINA**

**PEDRO WEVERTON RODRIGUES DA SILVA
TANANDA VASCONCELOS DE LIMA**

**EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: PERCEPÇÃO
DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DE DUAS UNIDADES BÁSICAS DE PORTO
NACIONAL-TO**

PORTO NACIONAL-TO

2019

PEDRO WEVERTON RODRIGUES DA SILVA

TANANDA VASCONCELOS DE LIMA

**EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: PERCEPÇÃO
DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DE DUAS UNIDADES BÁSICAS DE PORTO
NACIONAL-TO**

Projeto de Pesquisa submetido ao curso de Medicina do Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Porto LTDA – ITPAC PORTO NACIONAL, como requisito parcial para aprovação na disciplina de TCC I.

Orientador: Profº Alexandre Modesto Braune

PORTO NACIONAL - TO

2019

**PEDRO WEVERTON RODRIGUES
TANANDA VASCONCELOS DE LIMA**

**EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: PERCEPÇÃO
DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DE DUAS UNIDADES BÁSICAS DE PORTO
NACIONAL-TO**

Projeto de Pesquisa Submetido ao Curso de Medicina da FAPAC / ITPAC PORTO NACIONAL, como requisito parcial para aprovação na disciplina de TCC I.

Orientador: Profº Alexandre Modesto Braune

BANCA EXAMINADORA

APROVADO EM: __/__/__

Profº Alexandre Modesto Braune – Orientador
Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Porto

Prof.^a Ma. Larissa Jácome Barros Silvestre
Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Porto

Prof.^a Thatiana Nascimento Marques
Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Porto

**PORTO NACIONAL - TO
2019**

*“A educação exige os maiores cuidados,
porque influi sobre toda a vida. ”*

(Sêneca)

RESUMO

Introdução: O Sistema Único de Saúde tem a função de moderar a educação em saúde no país. Por esse motivo, houve a necessidade da criação de estratégias para impulsionar a educação dos profissionais que prestam serviços a área da saúde. Para este fim foi implementada a Educação Permanente em Saúde, com objetivo de transformar e qualificar as práticas profissionais. **Objetivo:** Investigar a percepção dos profissionais de saúde da Atenção Básica de Porto Nacional, em relação às atividades de Educação Permanente em Saúde. **Métodos:** Serão aplicados questionários a todos os profissionais da área da saúde em duas Unidades Básicas de Porto Nacional - TO que estiverem presentes na UBS e aceitarem participar da pesquisa. Todos os questionários serão analisados. Serão excluídos da pesquisa os indivíduos que se recusarem a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e os que não estiverem presentes no dia da aplicação do questionário. **Resultados Esperados:** É esperado que a maioria dos profissionais tenha conhecimento acerca do conceito de Educação Permanente em Saúde, mas que desconheçam as entidades responsáveis pela sua implementação, como também, serão escassas as atividades desenvolvidas para sua realização. Também é esperado que o nível de percepção seja proporcional ao nível de formação do profissional.

Palavras-chave: Educação em Saúde. Sistema Único de Saúde. Atenção Primária à Saúde.

ABSTRACT

Introduction: The Unified Health System has a function of moderating health education in the country. For this reason, it was necessary to create strategies to boost the education of professionals who provide services in the health area. To this end, a Permanent Education in Health was implemented with the objective of transforming and qualifying as professional practices. **Objective:** To investigate the perception of the health professionals of the Primary Care of Porto Nacional, in relation to the activities of Permanent Education in Health. **Methods:** Will be submitted to all health professionals in two Basic Units of Porto Nacional - So that people present at UBS and agree to participate in the research. All questionnaires will be employed. What was published in the journal is as follows: Free and Informed Consent Term and those that are not present on the day of application of the questionnaire. **Expected Results:** The expectation is the majority of long-term individuals about the concept of permanent education in health, but distrust as sources of responsibility for its implementation, as well as the scarce activities as activities developed for its implementation. It is also expected that the intensity level will be proportional to the level of vocational training.

Keywords: Health Education. Single Health System. Primary Health Care.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APS – Atenção Primária em Saúde

CEP – Centro de Ensino e Pesquisa

CGR – Colegiado de Gestão Regional

CIES – Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço

CIR – Comissões Intergestores Regionais

EC – Educação Continuada

EPS – Educação Permanente em Saúde

ES – Educação em Saúde

MS – Ministério da Saúde

OPAS – Organização Pan Americana de Saúde

PAREPS – Planos de Ação Regional de Educação Permanente em Saúde

PNEPS – Política Nacional da Educação Permanente em Saúde

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UBS – Unidade Básica de Saúde

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Cronograma de execução do projeto “Educação permanente em saúde na atenção primária: percepção dos profissionais da saúde de duas unidades básicas de Porto Nacional-TO”.

QUADRO 2 – Orçamento de gastos com recursos materiais para realização da pesquisa “Educação permanente em saúde na atenção primária: percepção dos profissionais da saúde de duas unidades básicas de Porto Nacional-TO”.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	8
1.2 HIPÓTESES	8
1.3 JUSTIFICATIVA	8
2 OBJETIVOS	10
2.1 OBJETIVO GERAL	10
2.2 OBJETIVO ESPECÍFICOS	10
3 REFERENCIAL TEÓRICO	11
4 METODOLOGIA	15
4.1 DESENHO DO ESTUDO	15
4.2 LOCAL E PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA	15
4.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA	15
4.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	15
4.5 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO	15
4.6 VARIÁVEIS	16
4.7 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS, ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO, ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS	16
5 DELINEAMENTO	17
6 ASPECTOS ÉTICOS	18
6.1 RISCOS	18
6.2 BENEFÍCIOS	18
7 DESFECHOS	19
7.1 DESFECHO PRIMÁRIO	19
7.2 DESFECHO SECUNDÁRIO	19
8 CRONOGRAMA	20
9 ORÇAMENTO	21
REFERÊNCIAS	22
APÊNDICES	24
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	24
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	26
APÊNDICE C – CARTA DE ANUÊNCIA	29
APÊNDICE D– DECLARAÇÃO DO ORIENTADOR	30
APÊNDICE E– CARTA DE ENCAMINHAMENTO AO CÔMITE DE ÉTICA E PESQUISA	31

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos principais sistemas de saúde públicos do mundo, e entrou em vigor no Brasil em 1988, quando teve um capítulo inteiro da constituição de mesmo ano voltado ao seu regimento. Dentro desse sistema, houve uma descentralização de vários setores, inclusive, o de atendimento, e para que houvesse uma melhor logística de intervenções, criou-se os níveis de atenção em saúde, que foram divididos em: primário, secundário, terciário e quaternário.

Dessa forma, conseguiu-se desafogar os centros de intervenção de maior complexidade, como os hospitais e as Unidades de Pronto Atendimento (UPA). Os casos de menor urgência ficaram por conta da Atenção Primária em Saúde (APS), que é composta principalmente pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), que tem quatro princípios fundamentais, sendo eles: a função de servir como a principal porta de entrada da população para o cuidado do SUS. A continuidade do cuidado, criando assim, um vínculo com o paciente, aproximando-se da realidade do mesmo, a fim de entender suas demandas. A integralidade de todos os serviços de saúde, além da ampliação do conceito de saúde. E por fim, a coordenação do cuidado, ou seja, a APS tem a incumbência de coordenar, organizar e integrar todo os cuidados que o paciente necessitar.

O SUS, além das atribuições já mencionadas, tem como norte, também, a função de moderar a educação em saúde no país. Por esse motivo, houve a necessidade da criação de estratégias para impulsionar a educação continuada dos profissionais que prestam serviços na área da saúde. À vista disso, o Ministério da Saúde, em 2007 lançou a Portaria nº 1.996, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre a implementação da Educação Permanente em Saúde. Como pode-se notar, essa política é jovem e vem sofrendo mudanças para se adequar a realidade de cada região, com isso, a percepção de cada equipe submetida a essa estratégia pode ser distinta.

Dessa forma, nota-se a importância da constante capacitação de todos os profissionais da APS, não obstante, é de igual valia a análise e investigação sobre a percepção que esses profissionais têm sobre essas atividades de educação permanente em saúde.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Que percepção os profissionais da saúde da Atenção Primária possuem acerca da Educação Permanente em Saúde?

1.2 HIPÓTESES

H1: Os profissionais que atuam na atenção básica sabem do que se trata a Educação Permanente em Saúde, porém não conseguem identificar as atividades educativas desenvolvidas com a finalidade de formação continuada e aperfeiçoamento.

H2: Apesar de haver a implantação de práticas educativas, elas são ineficazes ou insuficientes para que a Educação Permanente em Saúde seja efetiva.

1.3 JUSTIFICATIVA

A Educação Permanente em Saúde (EPS) se configura como uma prática político-pedagógica que se tornou uma estratégia do SUS para a formação e desenvolvimento dos trabalhadores para a saúde. Dessa forma, a EPS deve ser entendida como parte integrante da gestão e da atenção em saúde, cuja execução tem como referência a realidade vivenciada pela equipe de saúde, tendo os problemas e as experiências cotidianas como base para gerar mudanças no processo do trabalho, nas relações e na organização das Unidades de Saúde. Diante disso, propõe-se realizar um estudo exploratório com o intuito de evidenciar o conhecimento dos profissionais em saúde acerca da EPS e sua aplicação na prática do serviço nas Unidades Básicas de Saúde. Além disso, o estudo busca elucidar quais as medidas de ensino são abordadas dentro das unidades, a viabilidade, a eficácia e a relevância dessas propostas educativas a partir da percepção pessoal dos profissionais.

A Secretária Municipal de Saúde de Porto Nacional terá acesso aos resultados referentes ao projeto de pesquisa. Por meio deste, será capaz de analisar o desempenho das atividades desenvolvidas para a educação continuada dos profissionais e traçar estratégias para tornar essas práticas mais efetivas.

O interesse pelo tema surgiu por meio da prática com a disciplina Medicina da Família e Comunidade, na qual se compreendem e presenciam a organização dentro de uma Unidade Básica de Saúde. Dessa maneira, manifestou-se o interesse pela

forma que ocorre a educação profissional no contexto da Atenção Primária, e de que forma os profissionais a concebem.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Investigar a percepção dos profissionais de saúde da Atenção Básica de Porto Nacional, em relação às atividades de Educação Permanente em Saúde.

2.2 OBJETIVO ESPECÍFICOS

- Avaliar o conhecimento dos profissionais de saúde sobre a Educação Permanente em Saúde;
- Identificar a periodicidade das atividades sobre educação continuada a que esses profissionais são submetidos;
- Comparar os diferentes tipos de percepção sobre o tema nas diferentes funções desses profissionais.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação se constitui como um processo dinâmico e contínuo de assimilação e difusão de conhecimentos e experiências, consiste em um direito coletivo e um fenômeno universal. Esse conhecimento é transformado em técnicas que são colocadas em prática pelos profissionais, uma vez que o serviço em saúde exige competências e habilidades para o ofício (CARVALHO; ALMEIDA; BEZERRA, 2015).

No cenário da saúde, é atribuído papel fundamental à educação, que se baseia em um processo contínuo que interliga ensino, ações e serviços. Dessa forma, ela contribui para o desenvolvimento individual e institucional ao se inserir no processo do trabalho (CARVALHO; ALMEIDA; BEZERRA, 2015).

A Educação permanente em Saúde foi concebida por volta da década de 1980 e difundida pelo Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Organização Pan Americana de Saúde (OPAS). A OPAS é responsável pela distinção entre os termos educação permanente e educação continuada, e confere um caráter mais simplificado a este último. Lemos (2016) aponta que há controvérsias entre as definições aplicadas, e atribui este fato ao cenário político da época: o fortalecimento do neoliberalismo, as indagações acerca do socialismo, o declínio da união fordismo/taylorismo e do keynesianismo. A autora aponta que essas transfigurações refletem diretamente na educação dos trabalhadores, e apoiada nesse contexto a ideia da EPS foi concebida pela OPAS, a partir da necessidade de adaptação da concepção e do modo de trabalho (LEMO, 2016).

Para Viana et al. (2015), a educação profissional pode ser identificada na literatura a partir de três contextos: educação em serviço (ES), educação continuada (EC) e educação permanente em saúde (EPS). A educação em serviço foi a primeira concepção utilizada para a qualificação dos profissionais voltados para o serviço de saúde, sendo definida como um conjunto de ações que visam o aperfeiçoamento do trabalhador, cuja principal finalidade é atingir as metas e objetivos do empregador. A educação continuada constitui-se pela extensão do modelo acadêmico, com a finalidade de capacitação do profissional após a educação formal, guiada pelo conhecimento técnico-científico e baseada em cursos de aperfeiçoamento. No entanto, deve-se atentar para a vulnerabilidade da EC, uma vez que se baseia principalmente na transmissão de conhecimentos pontuais e objetivos, sem que haja

necessariamente associação com a realidade do serviço de saúde (VIANA et al., 2015).

Nessa perspectiva, a fim de contribuir com a transformação e a qualificação das práticas profissionais, o Ministério da Saúde (MS) preconizou a Política Nacional da Educação Permanente em Saúde (PNEPS). Criada em 2004 pela Portaria nº 198/GM, a EPS surge como uma estratégia de aperfeiçoamento do serviço de saúde prestado à população (VIANA et al., 2015).

Pautada na compreensão de que há maior complexidade na geração de saúde e na organização do sistema de saúde do que nos conhecimentos técnico-laborais, a EPS tornou-se política de formação e desenvolvimento para o SUS. Dessa forma, é evidente a necessidade de articulação entre o ensino e os sistemas de saúde, a fim de dar prioridade ao contato com o cotidiano de redes e territórios, com a diversidade do modo de produzir saúde, e a elaboração de inovações nesses cotidianos. Por conseguinte, a EPS é concebida como a transversalidade entre o saber e o fazer, como a produção de conhecimento voltada aos problemas vivenciados na rotina, relacionada com a experiência e a existência dos atores envolvidos (FERLA; PINTO, 2017).

Nesse contexto, a formação profissional deve ser compreendida não somente como um acúmulo técnico de conhecimento, mas como um desenvolvimento gradual e contínuo em cenários distintos, onde serão correlacionados saberes científicos, valores éticos e habilidades provenientes da prática do serviço. A EPS proporciona a construção de conhecimentos a partir da realidade vivenciada no âmbito laboral, com base na resolução dos problemas existentes. Dessa forma, o processo de educação permanente em saúde propicia a revisão das práticas de saúde, ao expor as adversidades identificadas no cotidiano do trabalho ao coletivo e propor novas relações de coordenação produtiva (SANTOS; TENÓRIO; KICH, 2011).

Oliveira et al. (2016) apontam a necessidade da formação de profissionais críticos-reflexivos que estejam aptos a construir conhecimentos e a trabalhar coletivamente, considerando a realidade da saúde pública para melhor acolhimento da população, com o intuito de ofertar atenção integral à saúde (OLIVEIRA et al., 2016). A partir desta necessidade surge uma das dificuldades da implementação da educação permanente em saúde, que diz respeito à metodologia de ensino aplicada. A partir disso, Pinheiro, Azambuja, Bonamingo (2018) destacam a necessidade de metodologias ativas com base na problematização, na qual o sujeito passa a ser o

centro do processo de aprendizagem, deixando de ser um mero receptor passivo (PINHEIRO; AZAMBUJA; BONAMINGO, 2018).

Ceccim e Ferla (2008) apontam a necessidade dos educadores adotarem posturas criativas de produção de conhecimento, a partir das necessidades dos usuários, dos problemas vivenciados em saúde coletiva, assumindo uma pedagogia pautada na problematização, cuja produção de conhecimento se dá de forma singular, apoiada na realidade e na complexidade locorregional.

Como plano para progredir a implementação da Política Nacional da Educação Permanente em Saúde (PNEPS), a Portaria GM/MS nº 1.996/2007 definiu novas diretrizes e estratégias que passaram a ser conduzidas por meio dos Colegiados de Gestão Regional (CGR) com a participação das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço (CIES). As CIES são instâncias intersetoriais e interinstitucionais permanentes que participam da formulação, condução e desenvolvimento da PNEPS (BRASIL, 2009).

A nova Portaria da PNEPS instituiu as Comissões Intergestores Regionais (CIR), formadas pelo conjunto de gestores dos municípios de uma região definida, responsáveis pela coordenação da elaboração dos Planos de Ação Regional de Educação Permanente em Saúde (PAREPS). As CIRs devem promover a criação e apoiar a atuação de Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço, esses possuem a função de apoiar a CIR na construção do PAREPS. A CIES é composta pelo gestor estadual e gestores municipais de saúde e educação, trabalhadores do SUS, instituições de ensino e movimentos sociais. A articulação entre estes setores é fundamental para que a educação promova transformações efetivas nas práticas e na organização dos serviços de saúde, de forma a garantir a aproximação entre a realidade do trabalho e os conteúdos de formação em saúde (KLEBA et al., 2017).

França et al. (2017) elencaram aspectos que dificultam a implantação da política e destacaram os limites para sua execução e a escassez de recursos como sendo um dos maiores obstáculos. Os seus estudos apontaram a importância das CIES como instâncias e zonas de negociação, condução e desenvolvimento da EPS.

Moraes e Dytz (2015) destacaram que a implementação da PNEPS não depende apenas da atitude de quem implementa, mas das condições disponíveis para a realização das atividades propostas para obtenção do resultado almejado e da efetividade dessas ações. Dessa forma, os autores evidenciam questões que afetam diretamente a operacionalização da política, com destaque para a CIES. Notou-se

pouca participação dessas comissões na construção de estratégias de intervenção na área de educação em saúde, rompendo com a dinâmica horizontal dos processos organizativos.

Além dessas dificuldades, Santos, Pinto e Pedrosa (2016) notaram que a Educação Permanente em Saúde não é prioridade quando confrontada aos problemas dos serviços de saúde. Portanto, muitos trabalhadores possuem resistência em buscar qualificação por induzir que as transformações realizadas pelas atividades educativas não serão colocadas em prática. Na mesma obra, os autores concluíram que a abordagem da EPS pode ser uma maneira de reconduzir os serviços de saúde, apoiada na discussão e na produção de conhecimento sobre questões relacionadas à rotina de trabalho e aos cuidados prestados aos usuários (SANTOS; PINTO; PEDROSA, 2016).

4 METODOLOGIA

4.1 DESENHO DO ESTUDO

Trata-se de um estudo exploratório, de abordagem quali-quantitativa, que tem como intenção gerar uma visão geral sobre o tema abordado, que lançará mão de aplicação de questionários para os profissionais de Atenção Primária em Saúde (APS) de duas Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Porto Nacional-TO. Serão analisados entre outros fatores, a percepção própria dessas pessoas sobre a educação que recebem de forma contínua em saúde.

4.2 LOCAL E PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa será realizada nas Unidades de Saúde Básica Maria Lopes e Maria da Conceição Moura Aires, na cidade de Porto Nacional no período de abril a setembro de 2019.

4.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Serão selecionados todos os profissionais de saúde da Atenção Primária com vínculo com a UBS e que estejam presentes no dia da coleta de dados.

4.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Critérios de inclusão: vínculo empregatício com a prefeitura municipal, com carga horária mínima de 20 horas semanais. A amostra será definida por saturação. Ambos os sexos.

4.5 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Recusar em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; Indivíduos que não estejam presentes no dia que for passado o questionário.

4.6 VARIÁVEIS

Idade, sexo, formação acadêmica, percepção sobre educação em saúde e permanente.

4.7 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS, ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO, ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

A pesquisa será realizada entre os quatro primeiros meses após autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Será apresentado aos profissionais presentes em unidade que participem da pesquisa expondo o TCLE – Termo de consentimento Livre e Esclarecido. Mediante o esclarecimento dos objetivos da pesquisa, garantindo ainda a privacidade dos mesmos e caso aceitem participar da pesquisa assinando o TCLE, responderão a um questionário, elaborado pelos acadêmicos, com perguntas objetivas de maneira a facilitar a interpretação qualitativa da pesquisa, com o intuito de avaliar a percepção dos profissionais sobre a educação permanente em saúde. Para a apresentação dos dados serão utilizados softwares de planilhas e tabulações. Os participantes também serão informados de que a qualquer momento poderão desistir de participar do estudo.

5 DELINEAMENTO

Serão escolhidos quatro dias letivos entre segunda e sexta-feira, em algum momento após a aprovação do projeto, para ser aplicado um questionário a todos os profissionais da área da saúde nas Unidades citadas que estiverem presentes na UBS e aceitarem participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Todos os questionários respondidos serão analisados.

6 ASPECTOS ÉTICOS

Este projeto de pesquisa respeita as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde através da Resolução N. 466, de 12 de dezembro de 2012.

Todo participante da pesquisa será livre e devidamente esclarecido, levando em consideração a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que será devidamente submetido a um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). A pesquisa só terá início após a aprovação no CEP.

6.1 RISCOS

Risco corresponde a possibilidade de algo ocorrer fora dos planos pré-estabelecidos. Nesta pesquisa os riscos são classificados como:

Físicos

- Cansaço ao responder questionários.

Psicológicos

- Aborrecimento ao responder questionários;
- Desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento;
- Estresse emocional mediante lembranças desconfortáveis.

Sociais

- Discriminação e estigma como resultado da invasão de privacidade e quebra da confidencialidade;
- Devolução ou comunicação inapropriada de resultados dos estudos pode gerar situações de conflito ou abalar vínculos para pessoas ou grupos da comunidade.

6.2 BENEFÍCIOS

- Ganho de conhecimento para a sociedade e futuros possíveis novos profissionais da atenção primária de saúde;
- Elevada possibilidade de gerar conhecimento para entender, prevenir ou aliviar o problema acerca da educação continuada em saúde na atenção básica de saúde.

7 DESFECHOS

7.1 DESFECHO PRIMÁRIO

Ao avaliar a percepção dos profissionais da saúde sobre a atuação da Educação Permanente em Saúde na Atenção Primária. Espera-se que os profissionais tenham compreensão do que se trata a EPS, mas, que não consigam identificar as práticas realizadas para esse fim, podendo confundir com os termos Educação em Serviço e Educação Continuada.

7.2 DESFECHO SECUNDÁRIO

Ao término da pesquisa espera-se identificar que os profissionais da saúde questionados tenham conhecimento acerca do conceito de Educação Permanente em Saúde, mas desconhecem as entidades responsáveis pela sua implementação, como também, serão escassas as atividades desenvolvidas para sua realização. Também é esperado que o nível de percepção seja proporcional ao nível de formação do profissional. Espera-se, ainda, que o trabalho em questão possa ser apresentado em congressos e revistas da área.

8 CRONOGRAMA

ANO	2019.1						2019.2				
ETAPAS	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	M1	M2	M3	M4	M5
Escolha do tema	X										
Pesquisa bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Elaboração do Projeto	X	X	X	X							
Apresentação do Projeto				X							
Submissão ao CEP				X							
Coleta de dados							X				
Tabulação de dados								X	X		
Análise dos Resultados									X		
Redação do artigo									X	X	
Revisão final										X	X
Defesa/Banca											X
Submissão do Artigo											X

QUADRO 1 – Cronograma de execução do projeto “Educação permanente em saúde na atenção primária: percepção dos profissionais da saúde de duas unidades básicas de Porto Nacional-TO”.

9 ORÇAMENTO

CATEGORIA: Gastos com Recursos Materiais			
ITENS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL R\$
Impressão – Modelo Questionário e TCLE	6	0,70	4,20
Xerox – Questionário e TCLE	240	0,05	12,00
Canetas	20	1,00	20,00
SUBTOTAL			36,20

CATEGORIA: Gastos com Recursos Humanos			
ITENS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL R\$
Combustível	20 litros	5,00	100,00
SUBTOTAL			100,00

FINANCIAMENTO TOTAL DA PESQUISA	
CATEGORIAS	VALOR TOTAL (R\$)
Gastos com Recursos Materiais	36,20
Gastos com Recursos Humanos	100,00
TOTAL GERAL DO INVESTIMENTO	136,20

QUADRO 2 – Orçamento de gastos com recursos materiais para realização da pesquisa “Educação permanente em saúde na atenção primária: percepção dos profissionais da saúde de duas unidades básicas de Porto Nacional-TO”.

As despesas para realização do projeto de pesquisa serão custeadas pelos acadêmicos pesquisadores de graduação do curso de Medicina, Pedro Weverton Rodrigues da Silva e Tananda Vasconcelos de Lima, do Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos do município de Porto Nacional, Tocantins.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde – Brasília, 2009.

CARVALHO, Thalyta Gleyane Silva de; ALMEIDA, Ana Mattos Brito de; BEZERRA, Maria Iracema Capistrano. Percepção dos profissionais de saúde da Atenção Primária sobre Educação Permanente em Saúde. **SANARE – Revista de Políticas Públicas**, Sobral - v.15, n.02, p.94-103, Jun./Dez. 2016.

CECCIM, Ricardo Burg; FERLA, Alcindo Antônio. Educação e saúde: ensino e cidadania como travessia de fronteiras. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 443-456, 2008.

FERLA, Alcindo Antônio; PINTO, Heider. Aurélio. **Integração entre universidade e sistemas locais de saúde**: experimentações e memórias da educação pelo trabalho – 1.ed. – Porto Alegre: Rede UNIDA, 2017. p. 372: il. – (Série Atenção Básica e Educação na Saúde, v. 12).

FRANÇA, Tânia et al. Política de Educação Permanente em saúde no Brasil: a contribuição das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1817-1828, Junho 2017.

KLEBA, Maria Elisabeth et al. Fortalecendo o protagonismo da Comissão de Integração Ensino-Serviço para a educação permanente em saúde. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, e2016-0008, 2017.

LE MOS, Cristiane Lopes Simão. Educação Permanente em Saúde no Brasil: educação ou gerenciamento permanente? **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 913-922, Mar. 2016.

MORAES, Katerine Gonçalves; DYTZ, Jane Lynn Garrison. Política de Educação Permanente em Saúde: análise de sua implementação. **ABCS Health Sciences**. 2015; v. 40, n. 3, p. 263-269

OLIVEIRA, Jordânia Ferreira Mesquita et al. Educação Permanente em Saúde como estratégia realizadora do processo de formação em saúde: a experiência da residência multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade da UESPI. **Tempus, actas de saúde colet**, Brasília, 10(4), 171-186, dez, 2016.

PINHEIRO, Guilherme Emanuel Weiss; AZAMBUJA, Marcelo Schenk de; BONAMIGO, Andrea Wander. Facilidades e dificuldades vivenciadas na Educação Permanente em Saúde, na Estratégia Saúde da Família. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. spe4, p. 187-197, Dec. 2018.

SANTOS, Patrícia Feitoza; PINTO, José Reginaldo; PEDROSA, Kamyla de Arruda. A Educação Permanente como ferramenta no trabalho interprofissional na Atenção Primária à Saúde. **Tempus, actas de saúde colet**, Brasília, 10(3), 177-189, set, 2016.

SANTOS, Cláudia Menezes; TENÓRIO, Flavia Priscila Souza; KICH, Francis Deon. Educação Permanente em Saúde no Estado de Sergipe - **Saberes e Tecnologias para Implantação de uma Política**. Livro do Aprendiz 2 /Fundação Estadual de Saúde – Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe. – Aracaju: FUNESA, 2011.

VIANA, Danuza Maria et al. A educação permanente em saúde na perspectiva do enfermeiro na estratégia de saúde da família. **Rev. de enfermagem do centro oeste mineiro**. Divinópolis – MG. Mai/Ago 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

	FAPAC - Faculdade Presidente Antônio Carlos. Rua 02, Qd. 07 - Jardim dos Ypês - Centro - Porto Nacional - TO - CEP 77.500-000 CX Postal 124 - Fone: (63) 3363 - 9600 - CNPJ – 10.261. 569/0001 – 64
---	---

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa científica sobre “Educação Permanente em Saúde na Atenção Primária: percepção dos profissionais da saúde de duas unidades básicas de Porto Nacional-TO”.

Agradecemos a sua contribuição, e estimamos votos de sucesso em sua carreira profissional!

Pesquisadores: Pedro Weverton Rodrigues e Tananda Vasconcelos

Orientador: Prof. Alexandre Modesto

Caracterização do entrevistado:

1. Sexo:

☐ Masculino ☐ Feminino

2. Profissão:

☐ ACS ☐ ASB/TSB ☐ Cir. dentista ☐ Enfermeiro ☐ Médico

☐ Téc. cir. dentista ☐ Téc. enfermagem ☐ outro: _____

3. Tempo de serviço: _____

4. Formação: _____

5. Tempo de formação: _____

6. Pós-Graduação:

☐ NÃO ☐ SIM Qual área? _____

7. Unidade de trabalho: _____

8. Tempo para cursos de capacitação:

☐ Horário de trabalho

☐ Fora do horário de trabalho

9. Periodicidade de realização dos cursos de capacitação:

☐ Mensal

☐ Bimestral

☐ Trimestral

☐ Semestral

☐ Outros:

10. Local para cursos de capacitação:

☐ Local de trabalho

☐ Fora do local de trabalho

11. Preferência da forma de aprendizado (pode-se assinalar mais de uma alternativa)

☐ Palestras/cursos ☐ Oficinas ☐ Discussão de caso

☐ Reunião com profissionais ☐ Outro: _____

Questões Norteadoras:

12. O que significa para você Educação Permanente em Saúde?

13. O que representa aprendizagem no trabalho?

14. Você compreende a EP como um espaço de reflexão/problematização ou de mera transmissão de conhecimentos?

15. A Educação Permanente fortalece o trabalho em equipe?

16. Como você se percebe no processo de implementação da Educação Permanente em Saúde no seu local de trabalho?

17. Quais dificuldades você enfrenta na prática da Educação Permanente?

18. Quais suas contribuições para o fortalecimento da EPS?

19. Narre um episódio/história ocorrido atualmente no cotidiano de sua profissão, o qual você tenha encontrado êxito, e que tenha marcado profundamente sua história de profissional.

20. Agora, narre um episódio, ocorrido no passado de sua história profissional, que represente o oposto do acontecido na questão anterior.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



FAPAC - Faculdade Presidente Antônio Carlos.
INSTITUTO TOCANTINENSE PRES. ANTÔNIO CARLOS PORTO S/A
Rua 02, Qd. 07 - Jardim dos Ypês - Porto Nacional - TO - CEP 77.500-000
CX Postal 124 - Fone: (63) 3363 - 9600 - CNPJ – 10.261. 569/0001 – 64
www.itpacporto.com.br

O (A) Senhor (a) _____, está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) do projeto de pesquisa “Educação Permanente em Saúde na Atenção Primária: percepção dos profissionais da saúde de duas Unidades Básicas de Porto Nacional-TO”. Para isso receberá dos acadêmicos Pedro Weverton Rodrigues da Silva e Tananda Vasconcelos de Lima e do orientador Profº Alexandre Modesto Braune, responsáveis por sua execução, as seguintes informações, a fim de entender, sem dificuldade e sem dúvidas, os seguintes aspectos:

Este projeto de pesquisa tem como objetivo: Investigar a percepção dos profissionais de saúde da Atenção Básica de Porto Nacional, em relação às atividades de Educação Permanente em Saúde.

Esse estudo se baseia na importância de ganho de conhecimento para a sociedade e futuros possíveis novos profissionais da atenção primária de saúde.

Ao final deste estudo espera-se identificar que os profissionais da saúde questionados tenham conhecimento acerca do conceito de Educação Permanente em Saúde, mas desconhecem as entidades responsáveis pela sua implementação, como também, serão escassas as atividades desenvolvidas para sua realização. Também é esperado que o nível de percepção seja proporcional ao nível de formação do profissional. Espera-se, ainda, que o trabalho em questão possa ser apresentado em congressos e revistas da área.

Esse estudo começará em Agosto de 2019 e terminará em Maio de 2020. Esclarecemos que essa pesquisa não oferecerá riscos à sua pessoa, todavia se o (a) senhor (a) se sentir constrangido, não será obrigado (a) a continuar na pesquisa. Objetivando minimizar e reduzir esses impactos, o questionário será realizado de forma individual em um espaço reservado e lhe será assegurado o sigilo das informações, utilizando-as apenas para fins acadêmicos científicos.

Por outro lado, a pesquisa trará benefícios como:

- Ganho de conhecimento para a sociedade e futuros possíveis novos

profissionais da atenção primária de saúde;

- Elevada possibilidade de gerar conhecimento para entender, prevenir ou aliviar o problema acerca da educação continuada em saúde na atenção básica de saúde.

Para participar desse estudo o (a) Sr. (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o (a) Sr. (a) tem assegurado o direito à indenização.

O (A) Sr. (a) terá esclarecimentos sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a).

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, na Faculdade FAPAC/ITPAC Porto e a outra será fornecida ao (à) Sr. (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos.

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão a sua disposição quando finalizada a pesquisa. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão, atendendo a legislação brasileira (Resolução CNS N. 466/2012), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. Caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Em casos de dúvidas ou reclamações a respeito da pesquisa, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato a qualquer momento com os pesquisadores através dos contatos (63) 99993-7400 (Profº Alexandre Modesto Braune) ou (63) 98442-1522 (Pedro Weverton Rodrigues da Silva) e de (86) 99958-4391 (Tananda Vasconcelos de Lima). Também poderá entrar em contato com o CEP – Comitê de Ética e Pesquisa localizado no Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Porto Ltda – ITPAC PORTO, na Rua 02, Quadra 07, s/n., Bairro Jardim dos Ipês, Porto Nacional – TO, CEP: 77500-00 pelo telefone: (63) 3363 – 9674, ou ainda pessoalmente de segunda a sexta-feira no período das 12 às 18 horas, e-mail: cep@itpacporto.com.br.

Eu, _____, portador do RG N. _____, fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “Educação Permanente em Saúde na Atenção Primária: percepção dos profissionais da saúde de duas Unidades Básicas de Porto Nacional-TO”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste Termo de consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Porto Nacional, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Acadêmico Pesquisador

Assinatura da Acadêmica Pesquisadora

Assinatura do Orientador

APÊNDICE C – CARTA DE ANUÊNCIA



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, Anna Crystina Mota Brito, na qualidade de responsável pela Secretaria Municipal de Saúde, autorizo a realização da pesquisa intitulada “Educação Permanente em Saúde na Atenção Primária: percepção dos profissionais da saúde de duas Unidades Básicas de Porto Nacional-TO”, a ser conduzida sob a responsabilidade do pesquisador Profº Alexandre Modesto Braune e dos acadêmicos sob a sua orientação, Pedro Weverton Rodrigues da Silva e Tananda Vasconcelos de Lima.

Declaro ainda que esta instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa.

Ressalto que esta declaração é válida apenas no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética em pesquisa da FAPAC/ITPAC PORTO para a referida pesquisa.

Porto Nacional, _____ de _____ de 2019.

Assinatura e Carimbo da pessoa
responsável pela instituição

APÊNDICE D– DECLARAÇÃO DO ORIENTADOR



FAPAC - Faculdade Presidente Antônio Carlos.
INSTITUTO TOCANTINENSE PRES. ANTÔNIO CARLOS PORTO S/A
Rua 02, Qd. 07 - Jardim dos Ypês - Porto Nacional - TO - CEP 77.500-000
CX Postal 124 - Fone: (63) 3363 - 9600 - CNPJ – 10.261. 569/0001 – 64
www.itpacporto.com.br

DECLARAÇÃO DO ORIENTADOR

PROJETO: Educação Permanente em Saúde na Atenção Primária: percepção dos profissionais da saúde de duas Unidades Básicas de Porto Nacional-TO.

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Profº Alexandre Modesto Braune.

PESQUISADORES PARTICIPANTES: Pedro Weverton Rodrigues da Silva e Tananda Vasconcelos de Lima.

Declaro estar ciente e de acordo com a apresentação do projeto acima identificado, sob a responsabilidade dos acadêmicos do Curso de medicina, Pedro Weverton Rodrigues da Silva e Tananda Vasconcelos de Lima, sob a minha orientação.

Declaro também, que li e entendi a Resolução CNS 466/2012, responsabilizando-me pelo andamento, realização e conclusão deste projeto.

Em caso de desistência ou abandono dos acadêmicos Pedro Weverton Rodrigues da Silva e Tananda Vasconcelos de Lima, comprometo-me a enviar ao CEP/ FAPAC ITPAC Porto, relatório do projeto quando da sua conclusão, ou a qualquer momento, se o estudo for interrompido.

Porto Nacional, 12 de Maio de 2019.

Profº Alexandre Modesto Braune
Pesquisador Responsável
Matrícula Funcional: 19395

APÊNDICE E – CARTA DE ENCAMINHAMENTO AO CÔMITE DE ÉTICA E PESQUISA



FAPAC - Faculdade Presidente Antônio Carlos.
INSTITUTO TOCANTINENSE PRES. ANTÔNIO CARLOS PORTO S/A
Rua 02, Qd. 07 - Jardim dos Ypês - Porto Nacional - TO - CEP 77.500-000
CX Postal 124 - Fone: (63) 3363 - 9600 - CNPJ - 10.261. 569/0001 - 64
www.itpacporto.com.br

CARTA DE ENCAMINHAMENTO AO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA

Senhor Coordenador

Prof. Dr. Carlinni Vicentini

Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da FAPAC/ITPAC/Porto

Senhor coordenador,

Encaminho o Projeto de Pesquisa intitulado **“Educação Permanente em Saúde na Atenção Primária: percepção dos profissionais da saúde de duas Unidades Básicas de Porto Nacional-TO”**, sob a responsabilidade dos acadêmicos pesquisadores Pedro Weverton Rodrigues da Silva e Tananda Vasconcelos de Lima, a ser realizado nas Unidades de Saúde Básica Maria Lopes e Maria da Conceição Moura Aires, Porto Nacional – TO.

Com o objetivo de investigar a percepção dos profissionais de saúde da Atenção Básica de Porto Nacional, em relação às atividades de Educação Permanente em Saúde, a pesquisa utilizará a seguinte metodologia: aplicação de questionários para os profissionais de Atenção Primária em Saúde (APS) das duas Unidades Básicas de Saúde acima citadas, localizadas na cidade de Porto Nacional-TO. A participação dos pesquisados dar-se-á mediante a leitura, obrigatória, e concordância, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguindo as normas do Comitê de Ética (CEP).

Confirmo que todos a pesquisa seguirá ainda os seguintes princípios:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução N. 466/2012 CNS/CONEP e da Norma Operacional N. 001/2013;
- Iniciar esta pesquisa apenas após emissão do parecer favorável emitido pelo CEP;
- A garantia dos pesquisados solicitarem e receberem esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;
- A garantia do sigilo quanto à identidade dos pesquisados;

- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa;
- No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade dos pesquisados retirarem a anuência a qualquer momento da pesquisa, sem penalização nenhuma.

Porto Nacional, TO, 12 de Maio de 2019.

Profº Alexandre Modesto Braune
Pesquisador Responsável